|  |  |
| --- | --- |
| Nome do funcionárioCargoCidade, Estado |  |

Termo aditivo ao contrato de trabalho celebrado em [DATA\_ADM]

Que entre si celebraram, de um lado **[nome\_empresa]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **[num\_CNPJ]**, com sede na **[endereço\_empresa]**, cidade de **[nome\_cidade]**, estado de **[nome\_estado]**, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, **[nome\_funcionario]**, inscrito no CPF sob o nº **[cpf\_funcionario]**, RG nº **[RG\_funcionario]**, neste ato denominado EMPREGADO, mediante as seguintes condições:

|  |  |
| --- | --- |
|  | As medidas aqui dispostas estão de acordo com a **Medida Provisória nº 936 de 1º de abril de 2020 - Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda** para enfrentamento do **estado de calamidade pública** reconhecido pelo **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do **Novo Coronavírus (COVID-19)** de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.**Referência**: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm |

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou pandemia de COVID-19 em decorrência do aumento no número de casos em escala mundial e elevação de casos no Brasil e que, em consequência, o Poder Executivo editou o Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, para reconhecer a ocorrência de estado de calamidade pública no país;

CONSIDERANDO a edição da Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020, que trouxe medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto acima mencionado, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO que a empresa ora acordante foi obrigada a diminuir seu processo produtivo devido a pandemia;

O empregado a partir desta data, terá seu contrato de trabalho alterado no que diz respeito às cláusulas de salário base e jornada de trabalho durante o estado de emergência de saúde e calamidade pública do Novo Coronavírus COVID-19 da seguinte forma:

# Da Redução

A partir desta data o salário base, bem como a jornada de trabalho diária, semanal e mensal do EMPREGADO terão redução de **[porcentagem\_redução]** proporcionalmente conforme MP n° 936 de 1° de abril de 2020.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Referência**: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm |

# Salário Base

Valor: R$ .... conforme MP n° 936 de 1° de abril de 2020.

# Jornada de Trabalho

Jornada de trabalho diária das 08:00 às 13:00 horas com jornada mensal de 125 horas utilizada como referência para cálculo do salário base conforme MP n° 936 de 1° de abril de 2020.

# Duração

O presente acordo individual terá duração de 90 dias a contar desta data, com opção de prorrogação devido a motivos de Força Maior da emergência de saúde pública dispostas neste acordo e de novos dispositivos trabalhistas decretados pelo Governo.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Referência**: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm |

E assim, por estarem de pleno acordo com o contido neste instrumento, empregadora e empregado o firmam, consoante os ditames legais.

São Paulo, 06 de abril de 2020

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Nome da Empresa |  |  | Nome do funcionário |
| Por: |  |  | Por: |  |
| Nome: |  |  | Nome: |  |
| Cargo: |  |  | Cargo: |  |

Carimbo da empresa

[Modelo por: Salario.com.br – Salários das Profissões](https://www.salario.com.br/)